



5º Prêmio de Reabilitação e Readaptação Profissional



Instituição: INSS- Anápolis

Categoria: Órgãos Públicos

Trabalho – O IMPACTO DA MELHORIA DA ESCOLARIDADE NO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS GERÊNCIA EXECUTIVA ANÁPOLIS-GO

O IMPACTO DA MELHORIA DA ESCOLARIDADE NO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DO INSS - GERÊNCIA EXECUTIVA ANÁPOLIS-GO RESUMO DO TRABALHO (OBJETIVO E BREVE HISTÓRICO DE SUA IMPLEMENTAÇÃO) A Reabilitação Profissional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é a assistência educativa ou reeducativa e de adaptação ou readaptação profissional, instituída sob a denominação genérica de habilitação e reabilitação profissional, visando proporcionar aos beneficiários incapacitados parcial ou totalmente para o trabalho, em caráter obrigatório, independente de carência e às “pessoas portadoras de deficiência”, os meios indicados para o reingresso no mercado de trabalho e no contexto em que vivem (art. 89 da Lei nº 8.213/91 e art. 136 do Decreto nº 3.048/99). A Reabilitação Profissional prestada pelo INSS tem como objetivo contribuir com a melhoria da qualidade de vida dos segurados, promover o resgate da cidadania e dos direitos básicos, a (re) qualificação profissional e a possibilidade da reinserção destes segurados no mercado de trabalho. O Serviço de Reabilitação Profissional do INSS - Gerência Executiva Anápolis-GO (SRP), subordinado à Seção de Saúde do Trabalhador (SST) conta com uma equipe de peritos médicos previdenciários (PMP) e profissionais responsáveis pela orientação profissional (ROP) com formação superior em serviço social e terapia ocupacional, que realizam um trabalho multiprofissional, transdisciplinar e interinstitucional, além de técnicos do seguro social (profissionais de nível médio) que realizam o trabalho administrativo, todos visando ao cumprimento do Programa de Reabilitação Profissional (PRP) pelos segurados, o que é previsto no sistema previdenciário brasileiro. Os encaminhamentos ao SRP são realizados em sua maioria pelos peritos das Agências da Previdência Social (APS), baseados em critérios como idade do segurado, nível de escolaridade, condições sócio-econômico-profissionais e presença de agravos à saúde que gerem limitações clínicas com incapacidade parcial definitiva e conseqüente incompatibilidade parcial ou total para o exercício da atividade profissional habitual do mesmo. Até ao ano de 2010 não havia a exigência por parte da equipe de que os segurados encaminhados ao SRP retornassem imediatamente aos estudos. A orientação para a melhoria da escolaridade era feita sem um controle continuado mensal e somente após a conclusão da avaliação do potencial laborativo pelos PMP e ROP. No período entre o encaminhamento do segurado e a conclusão da avaliação (que poderia durar até dois anos) o segurado permanecia em casa sem participar de qualquer atividade para sua promoção pessoal e laboral. Somente após a conclusão pela elegibilidade para o cumprimento do PRP que o segurado era incentivado a retornar aos estudos. Com frequência era necessário mantê-lo em elevação de escolaridade por médios e longos períodos para, após isso, dar prosseguimento ao PRP, o que aumentava o tempo total de permanência no SRP e reduzia a expectativa de retorno ao trabalho,



5º Prêmio de Reabilitação e Readaptação Profissional



dado o longo tempo de afastamento em benefício previdenciário por incapacidade. Pelo reconhecimento da equipe do SRP de que o nível de escolaridade é condição que pode ser melhorada e que influencia de forma positiva no prognóstico e reinserção no mercado de trabalho, houve mudança na forma de gestão dessa questão. Atualmente a orientação e acompanhamento são feitos por toda a equipe, de forma individual e sistemática, desde o momento de seu encaminhamento ao SRP. O resultado esperado do aumento do nível de escolaridade é a melhoria da qualidade de vida do segurado com a facilitação de sua reinserção social, reinserção profissional, incremento financeiro e impedimento do agravamento de seu quadro clínico, ao prepará-lo para o exercício de função/atividade compatível com suas limitações clínicas e com seu potencial laborativo, o que vem sendo alcançado.

IMPACTO NA VIDA DOS REABILITADOS E INDICADOR UTILIZADO PARA MEDIR ESSE IMPACTO Após a exigência para que o segurado retornasse aos estudos percebeu-se um impacto favorável no desenvolvimento do Programa de Reabilitação Profissional (PRP) para cada um deles. A verificação dessa melhoria foi feita através de entrevistas e condução do processo de reabilitação durante o tempo de cumprimento do Programa e por meio da Pesquisa de Fixação, instrumento de avaliação do resultado do PRP, realizada pela equipe técnica periodicamente após o desligamento de cada segurado do Serviço de Reabilitação Profissional. Tal instrumento demonstrou, no período após a mudança de abordagem, um resultado satisfatório gerado pela elevação da escolaridade, sendo que os indicadores avaliados foram: a qualificação profissional com exigência de maior nível de escolaridade, a oferta de melhores postos de trabalho nas empresas de vínculo, a reinserção no mercado de trabalho com melhores salários para os trabalhadores com ou sem vínculo empregatício, aumento da autoestima, fatores favoráveis a uma melhor qualidade de vida do trabalhador reabilitado.

RESULTADOS OBTIDOS, CONCLUSÃO E PERSPECTIVA DE CONTINUIDADE Após o encaminhamento dos segurados pelas Agências da Previdência Social (APS) ao Serviço de Reabilitação Profissional (SRP) o mesmo é orientado a entrar em contato imediato com a equipe responsável pelo Programa de Reabilitação Profissional (PRP) e a levar declaração de escolaridade e histórico escolar. Caso não tenha concluído o ensino médio exige-se a sua matrícula no Ensino de Jovens e Adultos (EJA) do Ministério da Educação e o envio da mesma ao SRP. A renovação de matrícula é encaminhada semestralmente e a frequência escolar emitida pela instituição de ensino ao qual está ligado é apresentada mensalmente. As despesas com locomoção são custeadas pelo SRP. A postura inicial do segurado ao ser informado sobre a necessidade de elevação da escolaridade costuma ser de resistência e argumentação no sentido de demonstrar a inviabilidade de frequência à escola, tais como: "estou muito velho pra isso; tem mais de 20 anos que não entro em uma sala de aula; eu não vou conseguir aprender; eu não gosto de estudar; eu não consigo ficar sentado muito tempo; eu sou obrigado?". Após os devidos esclarecimentos o segurado é encorajado a fazer o enfrentamento das dificuldades apresentadas para benefício próprio. A equipe técnica do SRP dispensa de retornarem aos estudos apenas os segurados que não tenham acessibilidade à instituição de ensino por morarem em área rural e/ou por não ter transporte, tenham dificuldade de locomoção e distúrbios da aprendizagem ou outras limitações físicas, psíquicas ou sociais insanáveis que os impossibilite de melhorar o nível de escolaridade. Ainda para aqueles segurados posteriormente considerados inelegíveis para cumprimento de PRP de forma temporária (mantidos em auxílio-doença) ou permanente (aposentados por invalidez) a melhoria da escolaridade trouxe impacto positivo na sua vida social



5º Prêmio de Reabilitação e Readaptação Profissional



e verificou-se que muitos deles continuaram o aumento do nível de instrução escolar mesmo após o desligamento do PRP. Aos poucos a insegurança de voltar à sala de aula deu lugar ao sentimento de competência e engajamento nas atividades acadêmicas, que passaram a ser parte de uma rotina saudável que estabelecia horários, compromisso de aprendizagem, inserção em um grupo social, aceitação de diferenças e superação de dificuldades. Um novo papel social foi adquirido e com frequência se ouvia relatos de que a família inteira se mobilizou para apoiar o segurado: "meu filho me ajuda a entender as coisas quando fico com vergonha de perguntar; minha mulher voltou a estudar para me acompanhar; agora vou estudar até formar". O contato periódico do segurado com a equipe trouxe informações sobre seu estado de saúde, sua motivação, suas relações familiares, permitiu um melhor acompanhamento de suas potencialidades e dificuldades, uma avaliação personalizada e uma condução mais eficiente do processo de qualificação e requalificação profissional. O incentivo ao trabalhador, de forma precoce, a retornar aos estudos contribuiu para que se mantivesse em atividade e consciente de suas potencialidades além do que aumentaram as chances de reinserção e fixação no mercado de trabalho, condições essas relacionadas à qualificação profissional e habilidades sociais, ambas trabalhadas em ambiente acadêmico. Vários outros benefícios, como a diminuição da ociosidade do segurado afastado do trabalho, o auxílio no estabelecimento de uma rotina que não estivesse focada apenas em tratamento médico e o aumento da chance de retorno ao trabalho em melhores postos e funções ficaram demonstrados no acompanhamento dos segurados que concluíram o PRP no SRP de Anápolis-GO, nos cinco anos de acompanhamento e aprimoramento das ações relativas à elevação da escolaridade, iniciada no momento do encaminhamento do segurado ao Programa.